

Reforma do Congresso vai ganhar um novo impulso

A proposta de reformar o Congresso Nacional, defendida por um grupo suprapartidário da Câmara desde o resultado das eleições majoritárias de outubro, deve tomar novo impulso com o início do mandato oficial dos parlamentares desta legislatura, o que somente ocorrerá no próximo dia 15. Esta data, no entanto, pode ser alterada. Para isso, basta que haja uma convocação extraordinária para apreciação das medidas de ajuste econômico anunciamos quinta-feira pelo governo.

O congresso vai sofrer profundas mudanças, conforme prevê o deputado Antônio Britto, do PMDB do Rio Grande do Sul, até agora também presidente da Comissão de Comunicação da Câmara. Baseado em informações e propostas do grupo de parlamentares que coordena uma maior aproximação entre o Legislativo e a sociedade, Britto assegura que a maior preocupação da equipe é com a imagem do Parlamento na população brasileira, principalmente após o último pleito, quando o grande número de votos brancos e nulos evidenciou o afastamento do povo em relação ao Legislativo.

Alternativas

No entender do parlamentar gaúcho, consequentemente do grupo suprapartidário, existem duas alternativas para o Congresso: ou se promove uma profunda reforma ou se perde as prerrogativas que, "a muito custo, conseguiu reconquistar depois da promulgação da Constituição de 1988". Para o deputado, o Legislativo não se aparelhou administrativamente, deixando, por isso, de exercer os poderes de decisão que lhe foram confiados



Britto prevê profundas mudanças no Congresso Nacional

pela carta constitucional. "Câmara e Senado estão com poderes novos e estrutura velha", acrescentou.

Garantindo que as propostas reformistas já contam com apoio de todos os partidos, Antônio Britto destacou que já existe unanimidade em relação a dois pontos. O primeiro diz respeito à "imperiosa necessidade" de se fazer a reforma

administrativa. A seu ver, o Congresso, com destaque para a Câmara, tem uma estrutura despreparada e burocratizada. Segundo ele, ao longo de toda a legislatura ora encerrada foi difícil para qualquer parlamentar saber o que estava sendo votado, "apesar de toda a importância que a Constituição emprestou às votações de matérias que deviam ser apreciadas por de-

putados e senadores".

Regimento

O outro ponto destacado por Britto é a necessidade de se processar, em regime de urgência, uma reforma regimental. Conforme explicou, o grupo suprapartidário pensa em definir melhor a pauta de votação, com antecedência até mesmo de meses, de forma a reativar o interesse dos parlamentares nas votações. A esse respeito, informou que a proposta elaborada pelos participantes dos estudos de mudanças pretende, inclusive, separar as sessões destinadas a debates das de votação.

Antônio Britto também defende reformas institucionais no Executivo. Ele acredita que a experiência brasileira com o presidencialismo não passou de "uma verdadeira aula sobre os defeitos desse regime de governo". Entende o parlamentar que o sistema presidencialista é uma aposta de que, durante cinco anos, alguém seja um semideus e possa conduzir sozinho, com o que lhe vier à cabeça, um país.

Dessa forma, Britto aponta o parlamentarismo como a substituição da crença mágica em uma única pessoa por um compromisso, um coletivo, o conjunto do Parlamento, "que se torna mais responsável diante de um governo que ele próprio escolhe e que a qualquer momento pode ser alterado, sem que se tenha de alterar o regime". Segundo o deputado peemedebista, os defeitos do presidencialismo no Brasil ensinaram que a época do regime à base de um homem só precisa acabar. "E isso somente ocorrerá com a implantação do parlamentarismo", finalizou.